
Curso: Direito

Grau ou Diploma: Licenciatura

Ramo: Tronco comum

Plano de estudos: Aviso n.º 9088/2019, de 23 de maio

Docência:

Docente(s) responsável(eis) pela unidade curricular:

Mestre André Salgado de Matos Peres Lameira

Outro(s) docente(s) da unidade curricular:

-

Idioma de ensino:

Português

Funcionamento:

Ensino: Integrado | Aulas Teórico-Práticas

Objetivos de aprendizagem:

Após a frequência com aproveitamento da disciplina, os estudantes deverão ser capazes de:

- a) Conhecer e compreender o sistema português de ordenamento do território;
- b) Conhecer e compreender o sistema português de gestão urbanística;
- c) Conhecer e compreender o sistema português de direito do ambiente;
- c) Identificar e resolver questões jurídicas concretas de direito do urbanismo e de direito do ambiente.

Conteúdos programáticos:

I. Direito do ordenamento do território

1. Introdução ao direito do ordenamento do território

2. O direito do ordenamento do território

3. O sistema de gestão territorial

4. Regimes de utilização do solo preexistentes às decisões de planeamento

II. Direito do urbanismo

1. Introdução ao direito do urbanismo



2. O direito do urbanismo
 3. Actividade administrativa urbanística
 4. Os procedimentos urbanísticos condicionantes das operações urbanísticas
 5. Deveres e ónus dos particulares associados aos procedimentos condicionantes das operações urbanísticas
 6. Os procedimentos de controlo sucessivo das operações urbanísticas
 7. Características e regime dos actos administrativos em matéria urbanística
 8. Contencioso administrativo em matéria urbanística
- III. Direito do ambiente
1. Introdução ao direito administrativo do ambiente
 2. O direito administrativo do ambiente
 3. Condicionantes histórico-culturais e políticas da administração pública e do direito administrativo do ambiente
 4. Princípios fundamentais do direito do ambiente
 5. Posições jurídicas subjectivas públicas e relações jurídicas administrativas em matéria ambiental
 6. Organização administrativa do ambiente
 7. Actividade administrativa em matéria ambiental
 8. Os procedimentos administrativos ambientais em geral
 9. A responsabilidade ambiental
 10. Introdução aos subsectores do direito do ambiente

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

O ponto I dos conteúdos programáticos visa atingir o objectivo a) de aprendizagem da disciplina.

O ponto II dos conteúdos programáticos visa atingir o objectivo b) de aprendizagem da disciplina.

O ponto III dos conteúdos programáticos visa atingir o objectivo c) de aprendizagem da disciplina.

Todos os conteúdos programáticos visam atingir o objectivo d) de aprendizagem da disciplina.

Conhecimentos prévios recomendados (ou unidades curriculares cuja frequência prévia é recomendada):

Direito constitucional, Direito da Organização Administrativa, Direito da Actividade Administrativa.

Método de ensino e avaliação:

A leccionação das aulas compreenderá exposições do docente e debates acerca de textos normativos, jurisprudenciais e doutrinários relativos a pontos de matéria previamente indicados.

Durante as aulas, os alunos são encorajados a suscitar novos assuntos de discussão e reflexões acerca dos assuntos em consideração.

O docente assegura a orientação dos debates no sentido da consecução dos objectivos de aprendizagem visados.

Aspecto essencial das aulas será o fornecimento aos estudantes de ferramentas que lhes permitam descodificar a linguagem por vezes hermética do Direito do Urbanismo bem como utilizar as ferramentas informáticas hoje essenciais para determinar a viabilidade de pretensões urbanísticas à luz das fontes normativas.

A avaliação consistirá em um exame escrito final.

Demonstração da coerência entre o método de ensino e os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

O método de ensino dialógico visa atingir os objectivos de aprendizagem da disciplina a), b) e c).

A dimensão prática, nomeadamente na resolução de questões jurídicas através do manuseamento das ferramentas informáticas do sistema de gestão territorial visa atingir o objectivo de aprendizagem da disciplina d).

Bibliografia:

Fernanda Paula Oliveira, *Direito do urbanismo: do planeamento à gestão*, 3.ª ed., Lisboa, 2018

Fernando Alves Correia, *Manual de direito do urbanismo*, Coimbra, I, 4.ª ed., 2008, II, III, 2010

Raquel Carvalho, *Introdução ao direito do urbanismo*, Porto, 2017

Vasco Pereira da Silva, *Verde cor de direito: lições de direito do ambiente*, Coimbra, 2002

Maria da Glória Dias Garcia, *O lugar do direito na protecção do ambiente*, Coimbra, 2007

Carla Amado Gomes, *Introdução ao direito do ambiente*, 4.ª ed., 2018

A bibliografia será completada com indicações dadas nas aulas.

Legislação:

Constituição da República Portuguesa

Lei de Bases das Políticas Públicas do Solo, Ordenamento do Território e Urbanismo

Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

Regime Jurídico da Urbanização e Edificação

Lei de Bases do Ambiente

Regime da Avaliação de Impacto Ambiental

Regime da Prevenção e Controlo das Emissões de Poluentes para o Ar

Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional

Regime Jurídico da Responsabilidade por Danos Ambientais

Regime do Licenciamento Único Ambiental

Sistema de Indústria Responsável

A legislação complementar, que é muito extensa, será indicada nas aulas.